

TOPONÍMIA E MEMÓRIA COLETIVA: A CARTOGRAFIA AFETIVA DO BAIRRO QUILOMBOLA RESGATE

Amilca Maria de Lima Fernandes (UNEB)
amilcafernandes@gmail.com

RESUMO

Este estudo tem como finalidade primordial investigar as narrativas históricas e as memórias coletivas que se encontram preservadas e codificadas na toponímia do bairro Resgate, território integrante do Quilombo Cabula, na capital baiana. A investigação ancora-se em um sólido referencial teórico que perpassa pela Lexicologia, com contribuições de estudiosos como Abbade (2011), Bidermann (2001) e Seabra (2015), e consolida-se fundamentalmente nos pressupostos da Toponímia, conforme propostos por Dick (1990), compreendendo o ato de nomear os lugares como um registro profundo da interação entre linguagem, cultura e identidade. Para a consecução deste objetivo, a metodologia adotada nesta fase da pesquisa articulou procedimentos complementares, iniciando-se por uma criteriosa revisão da literatura especializada, seguida pela realização de entrevistas com moradores antigos, cujos relatos foram meticulosamente transcritos e analisados. Como considerações parciais, tendo em vista a natureza contínua desta investigação, reafirma-se a premissa central de que, ao se nomear um lugar, inscreve-se nele uma parcela da história e do universo cultural de uma comunidade. Através da língua, enquanto veículo de transmissão e patrimônio imaterial, as marcas identitárias de um grupo são perpetuadas, permitindo que a memória coletiva resista ao tempo e às transformações do espaço. Dessa forma, a toponímia revela-se não apenas um sistema de referência geográfica, mas um verdadeiro arquivo vivo, portador das narrativas que fundam o sentido de pertencimento e continuidade para aquela população.

Palavras-chave:

Onomástica. Toponímia. Memória.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo principal investigar las narrativas históricas y las memorias colectivas preservadas y codificadas en la toponimia del barrio de Resgate, un territorio dentro del Quilombo Cabula, en la capital de Bahía. La investigación se basa en un sólido marco teórico que abarca la lexicología, con contribuciones de académicos como Abbade (2011), Bidermann (2001) y Seabra (2015), y se consolida fundamentalmente en los supuestos de la toponimia, según lo propuesto por Dick (1990), entendiendo el acto de nombrar lugares como un registro profundo de la interacción entre lengua, cultura e identidad. Para lograr este objetivo, la metodología adoptada en esta fase de la investigación articuló procedimientos complementarios, comenzando con una revisión exhaustiva de la literatura especializada, seguida de entrevistas con residentes de larga data, cuyos relatos fueron meticulosamente transcritos y analizados. Como consideraciones parciales, dada la naturaleza continua de esta investigación, se reafirma la premisa central de que, al nombrar un lugar, se inscribe en él una parte de la historia y el universo cultural de una comunidad. A través del lenguaje, como vehículo de transmisión y patrimonio inmaterial, se perpetúan los marcadores de identidad de un grupo, permitiendo que la memoria colectiva resista al tiempo y a las transformaciones del espacio. De esta manera, la toponimia se revela no solo como un sistema de referencia geográfica,

sino como un verdadero archivo vivo, portador de las narrativas que forjaron el sentido de pertenencia y continuidad de esa población.

Palabras clave:
Onomástica, Toponímia. Memoria.

1. Introdução

No tecido urbano de Salvador, capital do Estado da Bahia, situa-se o bairro Resgate, um território historicamente vinculado ao Quilombo Cabula e localizado na região designada como “Miolo” da cidade. Esta expressão, cunhada e posta em circulação na década de 1970 a partir de estudos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PLANDURB), foi estrategicamente adotada para demarcar e reconhecer as áreas interioranas do município, caracterizadas por sua vocação rural e produtiva, que compunham o núcleo geográfico central da capital baiana.

O processo de formação e consolidação do povoado do Resgate encontra um de seus maiores fundadores na construção de uma igreja católica no princípio da Estrada do Cabula, cuja presença funcionou como um núcleo irradiador de ocupação e sociabilidade, atraindo progressivamente a edificação de residências e o estabelecimento de chácaras em seu entorno, dando origem assim à freguesia que daria nome a essa comunidade.

2. Percurso teórico

O arcabouço teórico que fundamenta esta investigação está alicerçado no domínio da Lexicologia, ciência integrante dos estudos do léxico, dedicada a examinar as múltiplas relações que o vocabulário estabelece com os demais sistemas linguísticos, com ênfase particular nas complexas interconexões que se desenvolvem em sua esfera interna.

No âmbito desta disciplina, a Onomástica consolida-se como o ramo de estudo especializado na análise dos nomes próprios, segmentando-se em diversos campos de saber, dentre os quais se destacam a Toponímia, voltada para a investigação das denominações de lugares – como ruas, praças, fontes, rios, avenidas, pontes, viadutos e bairros –, e a Antroponímia, dedicada ao estudo dos nomes próprios de pessoas. De acordo com a perspectiva teórica de Dick (1990), a Toponímia configura-se como o estudo da motivação subjacente aos topônimos, nos quais se refletem, de maneira cristalina, aspectos culturais fundamentais de um núcleo humano, seja ele existente ou preexistente.

Complementarmente, Bidderman (2001) enfatiza que o ato de “baptizar” um lugar, realizado por um indivíduo ou grupo durante o processo de povoamento, integra-se a uma cadeia de acontecimentos que associa o espaço físico a uma denominação específica, a qual, uma vez transmitida aos membros de uma comunidade linguística, perpetua-se como veículo de significação cultural. Nesse processo dinâmico, a preservação do sentido original do topônimo equivale à salvaguarda da informação histórica sobre o lugar, numa relação simbiótica entre linguagem e território.

Esta premissa é reforçada por Isquerdo (1996, p. 80), para quem o nome de um lugar reflete a visão de mundo de quem o nomeia, revelando a íntima conexão entre o ser humano e os “topos” que habita, de modo que a Toponímia atua como disciplina capaz de resgatar a substância significativa inerente a cada espaço, independentemente de sua natureza.

A pioneira Maria Vicentina Dick (1992), em sua seminal contribuição para os estudos lexicais no Brasil, propôs uma categorização dos topônimos em duas dimensões principais: os de natureza física e os de natureza antropológica, oferecendo um instrumental analítico fundamental para a compreensão das motivações que orientam a nomeação dos lugares.

A relevância deste enfoque teórico torna-se particularmente evidente quando consideramos que a história de uma territorialidade afro-brasileira não se deixa apagar, mantendo-se viva na memória dos mais velhos e constituindo-se a partir de um feixe de narrativas entrelaçadas. Foi precisamente com o intuito de acessar e valorizar esses saberes ancestrais, gestados nas experiências concretas dos moradores, que esta pesquisa buscou o diálogo com os residentes mais antigos da comunidade. Esta opção metodológica encontra respaldo teórico no conceito de “memória coletiva”, formulado por Maurice Halbwachs (2006, p. 40) e retomado por Nicolin (2016), que a compreende como um “corpo-lugar” da coletividade, responsável por manter viva a herança do passado ancestral e assegurar a continuidade das culturas originárias. Nesta mesma direção, Sodré (2002b, p. 168) afirma que, “para o grupo negro, o território como um todo é um patrimônio a ser respeitado e preservado”, o que nos permite compreender a memória como um território simultaneamente físico e espiritual, um arquivo vivo onde se custodiam a cultura e as experiências quotidianas, da tradição oral às práticas comunitárias.

A valorização desse patrimônio imaterial é ainda realçada por Bosi (2004), que sublinha a importância crucial da memória dos idosos para a compreensão de um grupo social, argumentando que, ao honrar as reminiscências dos mais velhos, a sociedade não apenas aprofunda a compreensão do seu passado, mas também reconhece e respeita a experiência e a sabedo-

ria por eles acumuladas ao longo da vida. Segundo a autora, as narrativas dos idosos, ricas em minúcias e matizes, oferecem uma visão plural da experiência humana, abordando temas tão diversos como o trabalho, a família, a migração, as festas, a religião e as formas de resistência política, constituindo cada relato uma peça ímpar do mosaico cultural brasileiro e proporcionando uma perspectiva profundamente íntima e pessoal da história nacional.

3. Análise toponímica

3.1. Topônimo – CABULA – taxionomia – hierotopônimo

O topônimo “Cabula”, cuja transcrição fonética /kambula/ revela suas origens na língua Quicongo do tronco linguístico banto, foi intencionalmente selecionado pelas populações escravizadas e sequestradas no século XVI para denominar o Quilombo Cabula, portando um profundo significado de natureza simbólica e litúrgica para as comunidades africanas de origem congo-angola. Esta escolha toponímica não foi arbitrária, mas sim carregada de sentido espiritual, traduzindo-se na concepção de um “Local de Distanciamento de Aflições”, de acordo com Castro (2001), um espaço de refúgio e resistência cultural ante a violência do sistema colonial. A ocupação deste território remonta ao período colonial, quando grupos populacionais negros de origem banto e iorubá, em fuga do domínio opressor, estabeleceram-se nesta área originalmente coberta por Mata Atlântica, onde desenvolveram uma comunidade quilombola que inclusive convivia harmonicamente com indígenas da etnia tupinambá, configurando um notável exemplo de interação intercultural em contexto de resistência.

Este núcleo de liberdade, contudo, foi alvo de violenta repressão oficial em 29 de março de 1807, quando o Conde da Ponte, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, João Saldanha da Gama, ordenou ao Capitão-Mor das Entradas e Assaltos do Termo da Cidade do Salvador, Severino da Silva Lessa, que invadisse o quilombo – investida que resultou em mortes, destruição de moradias e captura de quilombolas e forros. Com o objetivo explícito de inviabilizar novos focos de resistência na localidade, o poder colonial promoveu a transformação do território através da implantação de fazendas e chácaras dedicadas ao cultivo de frutas variadas, legumes, verduras e especialmente a famosa laranja-de-umbigo, produtos que alcançavam não apenas o mercado de Salvador, mas também eram comercializados para exportação, inserindo a região em circuitos econômicos mais amplos.

O ciclo de prosperidade agrícola, no entanto, foi interrompido por uma praga denominada “tristeza”, que dizimou os laranjais, ocasionando a progressiva venda das propriedades rurais e abrindo caminho para um intenso processo de urbanização que fragmentou o antigo território do Cabula em múltiplos bairros, incluindo Arenoso, Arraial do Retiro, Beiru, Cabula, Doron, Engomadeira, Estrada das Barreiras, Fazenda Grande do Retiro, Mata Escura, Narandiba, Novo Horizonte, Pernambués, Resgate, Saboeiro, São Gonçalo do Retiro, Saramandaia e Sussuarana, conformando a complexa paisagem urbana contemporânea.

3.2.Beco do Francelino – taxionomia – antropotônimo

A memória afetiva e produtiva do território encontrava-se materializada na figura de Francelino, homem negro que mantinha um curral com rebanho bovino na localidade, cuja produção leiteira era integralmente comercializada no próprio sítio. Durante considerável período, seu empreendimento consolidou-se como uma referência econômica e social na comunidade, com o leite constituindo um produto amplamente demandado pela população local, estabelecendo assim uma rede de abastecimento e sociabilidade em torno de sua atividade.

A espacialidade deste cenário rural completava-se com a presença da Fazenda Coqueiros, propriedade da família proeminente de Salvador, situada na extremidade do Beco do Francelino, cujas delimitações territoriais, marcadas por uma topografia acidentada, estendiam-se para além do logradouro, conectando-se às áreas adjacentes à Rua Tomás Gonzaga e alcançando a posterior do Centro Social Urbano de Pernambués, configurando uma paisagem organicamente integrada entre atividades produtivas e espaço vivido.

Contudo, este rico substrato memorialístico sofreria um sistemático processo de apagamento através de intervenção institucional, quando a artéria popularmente conhecida como Beco do Francelino, no bairro do Cabula, teve sua denominação original substituída pela designação Rua Nossa Senhora do Resgate, mediante a promulgação da Lei nº 2051, de 04 de setembro de 1967, num emblemático caso de supressão toponímica que silenciou tanto a referência ao personagem histórico quanto às práticas econômicas e sociais que outrora caracterizaram aquela comunidade de matriz rural e quilombola.

3.3. Topônimo – RESGATE – taxionomia – hierotopônimo

A etimologia do vocábulo “resgate”, conforme estabelecido por Nascentes (1955), remonta ao latim *recaptare*, vocábulo composto pelo prefixo *re-*, que denota repetição, e *captare*, que significa apanhar, tomar de volta ou agarrar.

Esta origem semântica revela-se profundamente significativa no contexto histórico da região, uma vez que a área foi literalmente “retomada” pelo Conde da Ponte, que imediatamente após a intervenção militar promoveu a construção de uma igreja católica, estratégia que dava continuidade ao processo de “resgate” do território e, conseqüentemente, ao apagamento gradual da memória do quilombo que ali existia. A provável gênese desta denominação toponímica pode ser encontrada na tradição devocional portuguesa seiscentista dedicada a Nossa Senhora do Resgate das Almas, cuja igreja se mantém erigida na Rua dos Anjos, 72, em Lisboa, sugerindo uma transposição cultural e religiosa característica do processo colonizador.

Na contemporaneidade, o bairro Resgate configura-se como um espaço urbano consolidado, compreendendo 44 ruas distribuídas por uma área de 44,4 hectares (equivalente a 0,44 km²) e abrigando uma população de 5.946 habitantes. Originalmente, o sistema de nomeação das vias baseava-se em uma lógica de numerotopônimos, porém, por determinação do poder municipal, estas denominações foram integralmente substituídas por um novo regime toponímico que inclui antropotopônimos (homenageando figuras como Clóvis Moura, Sosígenes Costa, Angelina Soares, Cândido dos Santos e Dias da Costa), corotopônimos (referenciando cidades como Niterói, Petrópolis, Macaé, Caculé, Cruz das Almas, Piritiba, Ibicarai, Itororó, Madre de Deus, Maraú, Inhambupe, Condeúba, Andaraí, Aratuípe, Aramari e Alcobaça), zotopônimos (evocando a avifauna local através das Ruas dos Colibris, Gai-votas, Canários, Bem-te-vis e Beija-Flores), hagiotopônimos (Rua e Alameda Nossa Senhora do Resgate), um geomorfotopônimo (Rua Planalto) e um historiotopônimo (Thomaz Gonzaga, esta última compartilhada territorialmente com o bairro de Pernambués).

Este processo de reconfiguração toponímica já se anunciava em 5 de outubro de 1960, quando a Lei Municipal nº 1074, promulgada pelo então prefeito Heitor Dias, determinou que a artéria pública do Jardim Brasília, situada no Bairro do Cabula, subdistrito de Santo Antônio, passasse a denominar-se Rua Nossa Senhora do Resgate, indicativo de que a extensão original do bairro Resgate era consideravelmente mais ampla que a atual.

Para a análise dos corotopônimos que denominam as vias públicas do bairro Resgate – especificamente aquelas designadas por nomes de cidades -

estabelecemos como fundamentação teórico-metodológica a pesquisa desenvolvida pela Prof^a Dr^a Clese Mary Prudente Correia em sua dissertação “Bahia de Todos os Cantos e Recantos: Marcas Identitárias e Culturais na Toponímia da Bahia”, em diálogo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do IBGE. Considerando a classificação proposta por Dick (1990), que identifica tais denominações como corotopônimos, e dado que se tratam especificamente de nomes de municípios do interior baiano, julgou-se pertinente recorrer às taxionomias detalhadas pela referida pesquisadora, as quais oferecem um aprofundamento essencial para a compreensão dessas designações.

A partir desse arcabouço referencial, foi possível realizar uma investigação minuciosa do conjunto de corotopônimos que compõem a paisagem toponímica do Resgate. O estudo permitiu desvelar as múltiplas camadas de significação implícitas na transposição de nomes de outras localidades para o espaço público do bairro, revelando um complexo mosaico de referências geográficas que, embora carentes de vínculos orgânicos com a história local, conformam um corpus analítico valioso para a compreensão das políticas toponímicas implementadas no contexto urbano investigado, caracterizando-se como signos de significação importada que reconfiguram simbolicamente o território.

A categorização e a análise etimológica que se enquadram nessa taxionomia – entre os quais se destacam Caculé, Cruz das Almas, Piritiba, Ibicaí, Itororó, Madre de Deus, Maraú, Inhambupe, Condeúba, Andaraí, Aratuípe, Aramari e Alcobaça – evidenciam a diversidade de matrizes linguísticas e culturais que os caracterizam, com nítida predominância de origens indígenas, as quais frequentemente descrevem atributos ambientais, faunísticos e fitogeográficos dos territórios de origem. Esse fenômeno contrasta de maneira significativa com a substituição do sistema anterior adotado no bairro Resgate, de numerotopônimos, que, por sua vez, organizava espacialmente a memória afetiva e as referências identitárias da comunidade local.

3.4. Topônimo – rua Caculé – taxionomia – antropotopônimo.

Segundo a investigação desenvolvida pela Profa. Dra. Clese Mary Prudente Correia em sua dissertação de mestrado, a análise onomástica do topônimo “Caculé” permite classificá-lo na categoria dos antropotopônimos, ou seja, designações que se originam a partir da nomeação de um acidente geográfico ou de uma unidade municipal com base no nome de um indivíduo. A etimologia do termo remete a uma provável raiz africana, mais especificamente ao vocábulo *kasule*, proveniente do quimbundo, que significa “caçula”. Essa hipótese, respaldada por lexicógrafos de renome, como Houaiss (2001) e Castro (2001), é considerada a explicação mais plausível

para a origem do nome, embora permaneça envolta em certa controvérsia, o que atribui à sua história camadas adicionais de complexidade linguística e cultural. Importa ressaltar, contudo, que a transição de um antropônimo para a designação de um espaço geográfico não se deu de maneira abrupta ou meramente administrativa, mas sim por meio de um processo orgânico e gradual, profundamente enraizado na tradição oral e na experiência coletiva da comunidade que o adotou e perpetuou.

A memória coletiva preserva a narrativa de Manuel Caculé, um homem escravizado na Fazenda Jacaré, cuja agência e relação íntima com a paisagem foram fundamentais para a origem do topônimo. A descoberta de uma lagoa de singular beleza, durante uma de suas incursões para abeberar o gado, representou mais do que a mera localização de um recurso hídrico; simbolizou a descoberta de um refúgio, um oásis de potencial liberdade. Sua decisão de ali estabelecer um quilombo solitário, ainda que sua recaptura posterior tenha interrompido esse projeto de autonomia, marcou aquele espaço de forma indelével. Após conseguir sua alforria, Manuel Caculé fixou residência às margens daquela mesma lagoa, e sua presença tornou-se uma referência geográfica e humana incontornável para os viajantes que cruzavam a região, os quais, ao se indagarem mutuamente sobre suas rotas, consolidaram a expressão “lagoa do Caculé” no repertório local, iniciando assim a transformação da identidade de um homem na identidade de um lugar.

Paralelamente a essa formação espontânea, o núcleo populacional que daria origem ao município começou a se estruturar a partir de uma doação de terras para fins religiosos, com a edificação de uma capela dedicada ao Santíssimo Coração de Jesus, iniciativa que catalisou o desenvolvimento de um povoado promissor. O crescimento desse aglomerado humano foi tão significativo que, em 1880, foi formalmente elevado à condição de distrito, demonstrando sua crescente importância socioeconômica no contexto provincial. O topônimo, inicialmente circunscrito ao acidente geográfico da lagoa e ao povoado adjacente, expandiu sua abrangência de forma inexorável, culminando na criação oficial do município de Caculé em 1919, através do desmembramento do território de Caetité. Dessa forma, a trajetória do topônimo “Caculé” encapsula uma notável síntese entre a memória afetiva e a história institucional, onde a figura de um indivíduo, inicialmente destituído de liberdade, imortalizou-se de modo perene na cartografia e na identidade cultural de uma comunidade inteira, perpetuando sua existência na nomenclatura oficial do território que um dia elegeu como seu refúgio.

3.5. *Topônimo – rua Cruz das Almas – taxionomia – hierotopônimo*

A designação “Cruz das Almas” apresenta-se morfologicamente como um composto específico e se insere, do ponto de vista taxionômico, na categoria dos hierotopônimos. Esta classificação denota a consagração de uma referência ao sagrado no espaço geográfico, materializando uma complexa simbologia religiosa que se tornou parte integrante da identidade local. A gênese etimológica do termo, de matriz portuguesa, radica na conjunção de dois vocábulos latinos: “*crux*, *crūcis*”, que originalmente designava um instrumento de suplício, mas que foi profundamente ressignificado pelo imaginário cristão, transformando-se no símbolo máximo do sacrifício e da redenção; e “*ânima*”, que se refere à essência espiritual e imaterial do ser humano. A justaposição destes dois conceitos forja uma imagem de intenso poder evocativo, sugerindo a demarcação de um locus onde o transcendente e o terreno convergem, um espaço indelével marcado pela devoção popular e pela memória coletiva voltada para as almas, possivelmente associado a práticas comunitárias de oração e sufrágio que moldaram a história e a percepção do lugar.

A gênese do topônimo está intrinsecamente ligada a uma paisagem humana específica: uma encruzilhada na antiga estrada de tropas que se dirigia a São Félix. Neste nodal ponto de passagem, erguia-se um grande cruzeiro, um marco físico da fé que se tornou o epicentro de práticas devocionais, frequentemente realizadas ao cair da noite. A repetição do ato de oração neste local específico impregnou-o de uma forte carga simbólica, a ponto de os viajantes, ao se referirem ao sítio, o identificarem de forma quase inevitável pela expressão “lá, na cruz das almas”. Esta denominação, nascida do uso popular e da tradição oral, demonstra como a toponímia pode emergir de forma orgânica a partir de rituais coletivos que conferem identidade a um espaço. Foi neste local sacralizado pela piedade dos transeuntes que se formou o arraial, que inicialmente recebeu a designação hierotoponímica completa de Nossa Senhora do Bonsucesso da Cruz das Almas, estabelecendo uma clara linhagem de sucessão nominal: hierotopônimo derivado de outro hierotopônimo, que, por sua vez, se originou de um terceiro.

A trajetória institucional do povoado seguiu o curso típico de muitas localidades brasileiras, evoluindo de um simples arraial para uma freguesia em 1815, já então incorporando a dupla invocação mariana e a referência ao cruzeiro seminal. Contudo, foi a força da toponímia popular, mais concisa e enraizada no imaginário coletivo, que acabou por prevalecer na designação oficial do distrito, criado ainda em 1815 com o nome de Cruz das Almas. A sua autonomia política foi consolidada ao longo do século XIX, sendo ele-

vada à categoria de vila em 1897, através de desmembramento de São Félix, e, posteriormente, alcançando o estatuto de cidade em 1921. Deste modo, a história do município de Cruz das Almas é a materialização administrativa de uma narrativa profundamente espiritual, onde um cruzeiro numa encruzilhada, ponto de encontro e de prece para almas anônimas em trânsito, não só batizou um lugar, mas também fundou a identidade cívica de uma comunidade, perpetuando na cartografia a memória de uma devoção que moldou a sua própria origem.

3.6. Topônimo – rua Piritiba – taxionomia – fitotopônimo

A constituição onomástica do município de Piritiba apresenta uma trajetória singular, marcada por uma transição toponímica que reflete diferentes fases de apreensão e valorização da paisagem natural por parte dos seus habitantes. A designação original, “Cinco Várzeas”, classifica-se como um numerotopônimo, termo que captura de forma descritiva e quantitativa uma característica física fundamental do sítio de povoamento – a presença de cinco extensas áreas planas e férteis, propícias à ocupação e ao cultivo, que deram nome à fazenda pioneira e, subsequentemente, ao núcleo urbano que ali se formou. Esta denominação inicial possuía um caráter eminentemente geográfico e utilitário, servindo como uma referência clara e objetiva ao espaço que começava a ser moldado pela atividade humana, cujo crescimento foi decisivamente impulsionado pela chegada da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro em 1933, integrando o povoado às correntes de progresso material da época, segundo estudos.

Contudo, uma mudança nominativa profunda ocorreria em 1938, quando o topônimo foi oficialmente alterado para Piritiba. Esta substituição representa uma significativa reelaboração identitária, na qual um numerotopônimo de base portuguesa cedeu lugar a um fitotopônimo de origem indígena, especificamente da língua tupi antiga. O termo “Piritiba” deriva de *Piripiri-tyba*, que significa “juncal” ou “ajuntamento de juncos”, conforme atestado por autoridades linguísticas. Esta nova designação não era arbitrária, mas sim uma homenagem etnobotânica à vegetação característica do local, referindo-se à abundância de juncos, plantas típicas de áreas alagadas e margens de lagoas, que pontuavam a paisagem da própria Fazenda Cinco Várzeas. Ao adotar um nome indígena, a comunidade resgatou, ainda que de forma retrospectiva, uma camada mais antiga e íntima de conhecimento ecológico, substituindo uma mera descrição quantitativa do terreno por uma identificação qualitativa com a flora nativa, enraizando simbolicamente a identidade do lugar na sua ecologia primordial.

A consolidação político-administrativa desse território, inicialmente parte das ricas terras descobertas que viriam a formar o município de Mundo Novo, seguiu seu curso com a criação do distrito em 1934 e culminou com sua emancipação em 1952. Dessa forma, a história toponímica de Piritiba narra uma dupla fundação: a primeira, material, assinalada pela fundação do povoado de Cinco Várzeas e sua conexão ferroviária; e a segunda, cultural e simbólica, marcada pela adoção do nome Piritiba. Este último ato transcendeu uma simples alteração burocrática para se tornar uma reafirmação de um vínculo mais profundo com o ambiente, demonstrando como a nomeação de um lugar é um processo dinâmico, capaz de evoluir de uma lógica de domínio e descrição territorial para uma que celebra a memória ecológica e a herança linguística indígena, imprimindo na identidade municipal uma referência perene aos juncos que outrora floresciam em suas várzeas úmidas.

3.7. Topônimo – rua Ibicarai – taxionomia – hierotopônimo

Com origem na língua tupi antiga, o topônimo Ibicarai deriva da forma *Yby-karai*, que significa “terra santa” ou “terra sagrada”, conforme atestado por Gregório (1980). Essa designação encerra, em sua própria etimologia, uma dimensão simbólica que antecede e permeia a formação histórica do município.

A gênese do núcleo que daria origem a Ibicarai remonta a 1916, estabelecido à margem esquerda do Rio Salgado, em um contexto no qual a atividade agrícola – inicialmente o café, posteriormente suplantado pelo cacau – constituiu a base econômica fundadora do povoamento. Esse processo de ocupação se deu em meio a um complexo quadro de interações com os povos originários Botocudos e Pataxós, marcado inicialmente por tensões, seguidas de um movimento de pacificação entre 1917 e 1919. Foi nesse ambiente de reconfiguração territorial e social que se consolidou uma comunidade incipiente, a qual, em seus primórdios, adotou a denominação de “Palestra”. Este nome, de caráter laico, emergiu das reuniões e negociações cotidianas que ocorriam no barracão central, um espaço que funcionava como uma espécie de agora rudimentar. Tal ambiente constituía o ponto focal da vida coletiva, onde se forjavam não apenas acordos econômicos, mas também os laços sociais e a narrativa comunitária em formação, antes que o topônimo de origem indígena, portador de um profundo significado cultural, fosse resgatado para identificar o lugar.

A elevação do lugarejo à categoria de vila em 1937 atestava seu progresso material, mas foi na esfera simbólica que uma transformação mais profunda se desenhou. A primeira alteração toponímica significativa deu-se em 1920, quando Palestra cedeu lugar a Palestina, um hierotopônimo que

consagrava no espaço baiano uma referência à Terra Santa bíblica, imprimindo ao território uma aura de sacralidade herdada da tradição judaico-cristã. No entanto, a busca por uma identidade ainda mais enraizada na matriz cultural brasileira culminou, em 1943, com uma segunda e decisiva mudança onomástica. Através de decreto-lei, o topônimo foi alterado para Ibicaraí, vocábulo de origem tupi que, significando “terra santa” (*Yby-karaí*), performa um notável sincretismo cultural. Esta substituição não representou uma ruptura com o sentido de sacralidade anterior, mas antes a sua tradução para a língua original do país, mantendo viva a lembrança do local sagrado que a denominação Palestina evocava, porém transplantando-a para um universo linguístico e simbólico autóctone.

Dessa forma, a trajetória toponímica de Ibicaraí, que culminou com sua emancipação política de Itabuna em 1952, narra uma evolução conceptual que vai do espaço cívico de convivência (Palestra) para a consagração religiosa de matriz oriental (Palestina), e finalmente para a reafirmação de uma sacralidade nativa, expressa na língua tupi. A adoção do nome Ibicaraí constitui, assim, um ato de dupla reivindicação: por um lado, preserva a noção de terra abençoada que sempre acompanhou a comunidade; por outro, reconecta essa noção à sua própria terra, ao seu próprio idioma primordial, encerrando no nome do município uma poderosa síntese cultural onde o sagrado bíblico e o significado indígena se fundem para criar uma identidade local única e profundamente significativa.

3.8. Topônimo – rua Maraú – taxionomia – etnotopônimo

Com origem na língua tupi antiga, o topônimo Maraú deriva da forma *Maíra*-‘y, que significa “rio do Maíra” – termo pelo qual os indígenas se referiam ao homem branco – conforme documentado por Navarro (2013). Esta etimologia antecipa, em sua própria constituição, o complexo encontro cultural que marcaria a formação do município.

A gênese do povoado, situado na península que hoje ostenta seu nome, remonta a uma aldeia indígena originalmente designada *Mayrahú*, descoberta em 1705 por frades capuchinhos italianos. No contexto de sua missão catequizadora e de ocupação do território, estes religiosos não apenas estabeleceram contato com a comunidade nativa, mas implementaram uma estratégia de ressignificação cultural e espiritual, rebatizando o local como São Sebastião de Mayrahú. Esta dupla denominação, posteriormente consolidada com a criação do distrito e a elevação da capela à categoria de freguesia em 1718, personifica de modo eloquente o sincretismo inerente ao processo colonizador. A justaposição onomástica encapsula a dinâmica assimétrica entre dois universos cultu-

rais: de um lado, a persistência do etnotopônimo autóctone, portador da memória e da identidade do grupo originário; de outro, a imposição de um hagiopônimo – a invocação do mártir católico São Sebastião –, que procurou inscrever uma nova camada de significado sacralizado sobre a geografia e a história preexistente, instituindo um palimpsesto simbólico no qual camadas de sentido indígena e colonizador se fundem de maneira indelével.

Contudo, a história onomástica de Marau não se encerra nessa justaposição inicial, mas evolui para um movimento subsequente de resgate e simplificação morfológica. Em 1761, quando a freguesia foi elevada à categoria de vila, a designação oficial foi simplificada para “Marau”, um ato administrativo que, intencionalmente ou não, operou uma reafirmação da raiz etimológica indígena em detrimento do prefixo hagianímico português. Este retorno a uma forma mais próxima do termo original *Mayrahú* sugere uma resiliência da toponímia nativa, cujo poder descritivo e vínculo ancestral com o lugar conseguiram, com o tempo, reemergir e reclamar sua primazia na identidade oficial do município. Dessa forma, a sequência histórica *Mayrahú* > São Sebastião de *Mayrahú* > Marau narra uma notável jornada de significação: inicia-se com a pureza de um etnotopônimo, passa pela complexa hibridação de um hagiopônimo composto que reflete o projeto colonial, e culmina na reabilitação de um elemento específico simples, que reinstaura, ainda que transformada, a voz originária da paisagem. A posterior elevação à categoria de cidade em 1938 coroou não apenas o desenvolvimento político-administrativo de Marau, mas também consagrou toponomicamente a persistência de uma memória indígena que permanece indelevelmente inscrita no nome da península e no coração de seu povo.

3.9. Topônimo – rua Inhambupe – taxionomia – zootopônimo

De origem indígena, o topônimo Inhambupe tem suas raízes na expressão tupi antiga *Îambu-y-pe*, que significa “no rio dos inhambus”, conforme registrado por Navarro (2013). A referência remete ao inhambu, ave pertencente à família dos Tinamídeos (Houaiss, 2001), indicando a forte vinculação inicial do lugar com elementos da fauna local.

A formação do núcleo urbano tem início entre 1572 e 1582, com a ação catequética desenvolvida junto às populações indígenas, situada à margem esquerda do Rio Inhambupe – local então conhecido como Inhambupe de Cima. A presença jesuítica, marcada pela fundação de um colégio, foi determinante para o estímulo ao povoamento regional. A partir de 1624, teve início a construção da igreja sob a invocação do Divino Espírito Santo de Inhambupe, erguida como marco espiritual e social em torno do qual se organizou progressivamente o tecido urbano, com o surgimento de residências

que consolidaram a base de uma nova comunidade. Em 1718, a igreja foi desmembrada da jurisdição de Santo Amaro de Ipitanga, passando a integrar a freguesia de Água Fria. Embora elevada à categoria de paróquia, a povoação de Inhambupe de Cima permaneceu subordinada a Água Fria. O distrito foi formalmente criado com a denominação de Inhambupe através do Alvará de 07 de novembro de 1816, e posteriormente elevado à categoria de cidade pela Lei Estadual nº 134, de 06 de agosto de 1896 (IBGE, 1958, v. XX), consolidando assim sua autonomia político-administrativa.

3.10. Topônimo - rua condeúba - taxionomia: fitotopônimo

Com etimologia de origem indígena, o topônimo Condeúba deriva do termo tupi antigo *Cundá-yba*, que significa “árvore do caracol” ou “árvore do fruto retorcido”, conforme documentado por Sampaio (1914). Esta designação revela a íntima relação entre a linguagem e o ambiente natural na denominação dos espaços ocupados.

Os primórdios do povoamento remontam ao século XVIII, quando a região circunscrita pela Serra Geral começou a ser explorada por colonizadores portugueses, atraídos pelas riquezas minerais do subsolo brasileiro. Às margens do Rio Gavião, então território tradicional dos povos Botocudos, que dele tiravam seu sustento por meio da pesca e da caça, formou-se em 1745 o embrião do atual município, marcado pela construção de uma capela sob a invocação de Santo Antônio da Barra do Sítio de Condeúba. Esse marco religioso não apenas consolidou o espaço como núcleo devocional, mas também catalisou o adensamento populacional ao seu redor. A partir de 1800, a localidade experimentou notável progresso, o que culminou na criação de sua freguesia pela Lei Provincial nº 413, de 19 de maio de 1851. Posteriormente, o município – com a denominação de Santo Antônio da Barra e território desmembrado de Caetité – foi instituído pela Lei nº 809, de 11 de junho de 1860. A elevação da sede à categoria de cidade deu-se mediante a Lei Provincial nº 2.673, de 28 de junho de 1889, diploma legal que, de forma significativa, também instituiu a alteração do nome do município para Condeúba, resgatando assim a designação de raiz indígena que hoje persiste (IBGE, 1958, v. XX).

3.11. Topônimo – rua Andaraí – taxionomia – zootopônimo

De origem indígena, o topônimo Andaraí descende do termo tupi antigo *Andyrá-y*, que se traduz como “rio dos morcegos”, consoante a etimologia registrada por Navarro (2013). A designação provavelmente inspirou-se na confluência de fatores ambientais característicos da região, notadamente a abun-

dância de recursos hídricos e a presença significativa de morcegos abrigados nas extensas formações rochosas e lapas locais.

O território que hoje constitui o município encontrava-se originalmente sob o domínio sociocultural dos povos Cariris, sendo subsequentemente penetrado por exploradores por volta de 1845, em busca de jazidas de ouro e diamante. Desse fluxo inicial de pessoas e interesses econômicos, surgiu o embrião do povoado de Andaraí, cujo crescimento foi progressivamente impulsionado pela chegada de novos moradores, pelo desenvolvimento do comércio local e pela edificação de uma capela, que serviu como núcleo aglutinador da vida social e religiosa. O arcabouço jurídico-institucional do lugar consolidou-se com a criação do distrito de paz de Andaraí e sua concomitante elevação a sede de paróquia, através da Lei Provincial nº 1.811, de 11 de junho de 1878. No mesmo ano, a Resolução Provincial nº 2.444, de 19 de maio, elevou a povoação à categoria de vila e instituiu o município homônimo. Embora a criação canônica da freguesia, formalizada anteriormente em 18 de maio de 1888, não tenha sido concretizada no âmbito eclesiástico, sua existência foi ratificada pela Lei Imperial nº 2.584, que a confirmou sob a invocação de Nossa Senhora da Glória. Posteriormente, o Ato de 28 de abril de 1891 conferiu foros de cidade à sede municipal, marcando a consolidação definitiva de sua autonomia político-administrativa (IBGE, 1958, v. XX).

3.12. Topônimo - rua aratuípe taxionomia: zootopônimo

O topônimo Aratuípe tem origem na língua tupi antiga, derivando da forma *Aratu-y-pe*, que se traduz como “no rio dos aratus”, conforme registrado por Gregório (1980). O termo “aratu” refere-se a uma variedade de caramujo pertencente à família dos Grapsídeos, o que sugere a relevância desse elemento da fauna local na designação original do lugar.

A região teve como primeiros habitantes os povos indígenas Aimorés, sendo que o processo de ocupação de origem colonial iniciou-se no século XVI, com a fundação do aldeamento de Santo Antônio e da igreja homônima, situados nas margens do Rio Aratuípe. A institucionalização do povoado deu-se por meio da Resolução Provincial nº 132, de 2 de junho de 1840, que criou a freguesia de Santana da Aldeia e o distrito de Santana de Aratuípe. Posteriormente, o distrito foi elevado à categoria de vila com a denominação de Aratuípe, mediante o ato de 7 de fevereiro de 1890, sendo desmembrado dos municípios de Nazaré e Santo Antônio de Jesus. Já em 9 de junho de 1891, a vila foi elevada à condição de cidade. Um capítulo singular em sua trajetória político-administrativa ocorreu com a extinção do município pelo Decreto-Lei Estadual nº 141, de 31 de dezembro de 1943, quando seu território foi anexado a Nazaré. No entanto, em 1º de junho de 1944, por meio do

Decreto Estadual nº 12.978, o município de Aratuípe foi restabelecido, recuperando sua autonomia e denominação histórica, após ser novamente desmembrado de Nazaré (IBGE, 1958, v. XX).

3.13. Topônimo – rua Alcobaça – taxionomia – corotopônimo

Por volta de 1740, famílias de colonizadores portugueses estabeleceram-se às margens do Rio Itanhém, fundando o núcleo populacional inicialmente denominado *Arraial de Itanhém*. As primeiras construções, erguidas em taipa e cobertas com palha de ouricuri, concentraram-se na margem esquerda do curso fluvial, sendo protegidas por sólidas cercas de pau-a-pique, fabricadas com madeira de pau-ferro, em uma estratégia defensiva contra animais silvestres e grupos indígenas que habitavam a região litorânea. Esse assentamento representou um marco no processo de ocupação territorial, materializando o empreendimento colonial na área.

A elevação do povoado à condição de vila ocorreu por meio da Carta Régia de 03 de março de 1755, outorgada pelo rei D. José I de Portugal, que lhe conferiu o nome de *São Bernardo de Alcobaça* – uma homenagem à cidade portuguesa de origem dos primeiros colonizadores. Contudo, a instalação oficial da vila somente se concretizou em 12 de novembro de 1772, refletindo possíveis entraves logísticos e administrativos inerentes ao contexto colonial. Posteriormente, o crescimento e a consolidação do núcleo urbano culminaram na sua elevação à categoria de cidade, sob a designação simplificada de Alcobaça, conforme dispôs a Lei Estadual nº 122, de 20 de junho de 1896 (IBGE, 1958, v. XX), marcando assim a autonomia político-administrativa do município.

4. Considerações

O presente trabalho dedicou-se a documentar as narrativas históricas e as memórias afetivas do bairro quilombola Resgate, situado na capital baiana. Sob a perspectiva de que a toponímia constitui um registro significativo da interação entre sociedade e espaço, entende-se que a nomeação de lugares ultrapassa sua função geográfica inicial, convertendo-se em expressão material do olhar, das intenções e da cosmovisão de quem denomina. Esse ato implica uma apropriação simbólica do território, reveladora dos laços construídos entre comunidade e seus referenciais espaciais. Nesse sentido, conforme Isquerdo (1996, p. 80) sustenta, a Toponímia recupera a essência significativa inerente a cada lugar, independente de sua natureza – o que equivale a afirmar que todo topônimo encapsula uma história singular.

Esse aporte teórico fundamenta a análise das transformações toponímicas observadas no Resgate, onde se verifica a substituição de denominações tradicionais – como Estrada do Cabula, Rua da Pomboca, Rua do Meio, que foi rebatizada de Rua Alcobaça, e Beco do Francelino, por Rua Nossa Senhora do Resgate – novas nomenclaturas que, em grande medida, apresentam-se dissociadas da identidade local, de sua história e de suas memórias coletivas. Tais alterações, à luz das reflexões de Dick (1990), não apenas descaracterizam o tecido simbólico comunitário, mas também expõem a força e a intencionalidade do poder dominante, que impõe sua narrativa sem estabelecer diálogo com os repertórios culturais preexistentes.

De acordo com Dick (1990), a nomeação de logradouros públicos configura um ato de registro cultural e histórico por excelência, no qual a língua atua como veículo de preservação da memória. No entanto, o cenário constatado no Resgate evidencia um movimento contrário a essa premissa: a classe dominante, ao alterar a denominação dos topônimos, age sem considerar as particularidades locais e sem consultar os moradores diretamente impactados pelas mudanças, acentuando o distanciamento entre a nomenclatura oficial e os usos consagrados pela comunidade. É sintomático observar, por exemplo, que diversos logradouros do bairro receberam nomes de cidades alheias à história e à memória local, reforçando uma sensação de desenraizamento e apagamento de referências identitárias.

Em contraposição a essa lógica, a metodologia desta pesquisa privilegiou a escuta atenta e o registro sistemático dos relatos dos moradores mais antigos, por meio de revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas realizadas em ambiente descontraído, transcrições e elaboração de fichas toponímicas para estudos futuros. Durante as interações, constatou-se que os residentes do Resgate, em sua maioria, referem-se às ruas por numeração – conhecimento transmitido oralmente pelas gerações anteriores – e não pelas designações atualmente oficializadas. O ato de rememorar suas vivências foi acompanhado de visível contentamento, manifestado em sorrisos e na comovedora percepção de que, finalmente, “alguém vai registrar a nossa história”. Essa reação não apenas valida a pertinência da investigação, como também motiva sua continuidade, reforçando a importância de ouvir, respeitar e valorizar os saberes tradicionais, transmitidos intergeracionalmente por meio do léxico e das experiências compartilhadas, os quais se constituem como elementos fundamentais para a construção de uma noção de continuidade, tanto no plano individual quanto no coletivo.

Diante dos achados, questiona-se sobre a viabilidade de substituir os corotopônimos atuais por nomes que integrem a história e a memória do Resgate, como Luiz Dória, Hilda Dória e tantas outras figuras emblemáticas

para a comunidade, ou que esses corotopônimos sejam rebatizados com nomes de árvores, considerando a vasta Mata Atlântica existente no bairro.

Um exemplo representativo desse processo de transmissão cultural reside na expressão “laranja do Cabula”, também conhecida como “laranja de umbigo”, “laranja da Bahia” ou “laranja da terra”, que remete a uma variedade de laranja outrora cultivada nas chácaras e fazendas da região, reconhecida por seu sabor distintamente adocicado e que atraía compradores de fora do bairro. Esse termo, hoje ausente da nomenclatura oficial, persiste na memória dos moradores como testemunha de um período em que a identidade local estava intrinsecamente vinculada às suas produções e ao reconhecimento social delas decorrente. Preservar tais expressões significa, portanto, assegurar que a substância histórica e afetiva do lugar não se perca ante as imposições de um projeto nominativo alheio à sua realidade mais íntima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. A Lexicologia e a Teoria dos Campos Lexicais. *Cadernos do CNLF*, v. 15, n. 5, t. 2, 2011. Disponível em: www.filologia.org.br/xv_cnlftomo_2/105.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *As ciências do léxico*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

CORREIA, Clese Mary Prudente. *Bahia de todos os cantos e recantos: marcas identitárias e culturais na toponímia da Bahia*. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017. 178 f.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

GREGÓRIO, Irmão José. *Contribuição indígena ao Brasil*. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. v. 20. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

ISQUERDO, Aparecida Negri. *O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural*. 1996. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1996.

_____. Toponímia Urbana: Um Estudo de Caso a partir de dados do Atems. In: Congresso Internacional de Lexicologia e Lexicografia, 9., 2020, Campo Grande. *Anais [...]*. Campo Grande: UFMS, 2020.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global, 2013.

NICOLIN, Janice de Sena. *Cabuleiro: um tom de memória do Cabula*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

PEDREIRA, Pedro Tomás. *Os quilombos brasileiros*. Salvador: Departamento de Cultura da SMEC, 1974.

PENA, João Soares. *Correspondência pessoal*. Salvador: 2016.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

Outras fontes:

IBGE Cidades. [2025]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2025.

OBSERVATÓRIO DOS BAIRROS. Salvador, [2025]. Disponível em: <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/resgate>. Acesso em: 14 jul. 2025.